

# Introdução ao pensamento liberal: sobre a liberdade em Benjamin Constant e em Alexis de Tocqueville

Eduardo Barros Mariutti

## Introdução

Os liberais se autoproclamam os arautos da liberdade individual. Mas o próprio significado da palavra liberdade é um tema extremamente controverso: do liberalismo subjaz uma acirrada disputa polissêmica em torno do significado deste termo. Esta disputa é tão intensa que pode ser utilizada como um parâmetro eficaz para classificar as diversas tendências que compõem o liberalismo. Dentre o vasto campo teórico liberal, irei discutir a denominada vertente conservadora. Feito este primeiro corte é necessário ainda restringirmos um pouco mais nosso foco. Discutirei dois de seus principais representantes: Alexis de Tocqueville e Benjamin Constant. O propósito básico deste texto para discussão é identificar alguns pontos de convergência e de divergência entre os dois autores, tendo como referência central o problema da liberdade na sociedade moderna. Para tanto, é necessário reconstituir, de modo sumário, a leitura que cada um fez da Revolução Francesa.

## 1 Benjamin Constant

Mediante a contraposição de duas formas distintas e alegadamente antitéticas de liberdade, a liberdade dos antigos e dos modernos, Constant desenvolve a ideia de que a primeira é totalmente incompatível com a estrutura da sociedade moderna. É através desta contraposição que o autor faz a sua leitura peculiar da Revolução Francesa e da democracia moderna. O texto que pretendemos analisar aqui consiste na transcrição de um discurso pronunciado no Ateneu Real de Paris em 1818. Logo, no plano temporal, Constant está muito mais próximo do fervor revolucionário francês do que Tocqueville, que será discutido na sequência. De modo implícito, porém indisfarçável, em “Da Liberdade dos Antigos comparada à dos modernos”<sup>1</sup> Benjamin Constant trava uma batalha teórico-ideológica contra os Jacobinos, atacando seu maior ponto de referência (Rousseau). Nesta parte, pretendemos analisar então, em um

---

(1) Constant, Benjamin. Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos. *Filosofia Política*, Porto Alegre, LP&M, n. 02, 1985.

primeiro momento, o eixo básico da argumentação deste pensador: a contraposição das duas formas de liberdade. À luz desta distinção, na segunda seção, discutiremos suas reflexões sobre a Revolução e sobre a democracia.

### 1.1 A Liberdade dos Antigos e dos Modernos

Na acepção dos antigos, a liberdade se concretizava na distribuição do poder político a todos os cidadãos e, desta forma, o exercício coletivo da política consistia em sua maior garantia. Já a liberdade dos modernos é radicalmente oposta: ganha forma na esfera privada e tem como base a *garantia e na fruição dos privilégios privados*:

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados: *e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios*<sup>2</sup>.

Esta diferença não é fortuita: a liberdade dos antigos era adequada às condições da sociedade de seu tempo e, na opinião de Constant, não é compatível com as características da sociedade moderna. Portanto, o primeiro ponto a ser destacado envolve uma caracterização das peculiaridades da antiguidade e o modo como isto se reflete na concepção de liberdade que vigorava entre os antigos. A grande peculiaridade desta sociedade era o predomínio da democracia direta: o poder político era exercido pelos cidadãos nas praças públicas, onde eles participavam diretamente de todas as deliberações políticas, desde votar as leis até participar das considerações sobre declarações de guerra ou acordos de paz. Neste sentido, era a extensão do poder e da participação política a todos os *cidadãos* que fundamentava a liberdade dos antigos, mas esta liberdade era imediatamente acompanhada pela submissão completa dos *indivíduos* à autoridade coletiva. Em outras palavras, a esfera privada dos antigos era extremamente vigiada e muito restrita: sequer tinham o direito de escolher seu culto religioso. As leis regulamentavam minuciosamente a totalidade social, inclusive os costumes, e segundo Constant, como tudo depend(e)ia dos costumes, não havia nada que as leis não regulamentassem:

---

(2) Id, *ibid*, p. 15-16, grifos meus.

*Assim, entre os antigos, o indivíduo, quase soberano nas questões públicas, é escravo em todos seus assuntos privados. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos seus movimentos; como porção do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, espoja, exila, atinge mortalmente os seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao corpo coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence* (Id, *ibid*, p. 11, grifos meus).

Portanto, a extensão dos direitos políticos a todos os cidadãos, que se expressava no exercício direto do poder, tinha como uma espécie de efeito colateral a restrição quase absoluta da esfera privada, a subjugação total do “indivíduo” ao todo do qual faz parte. Segundo o autor, a fragilidade da autonomia individual antiga se revela no *ostracismo*, prática que deriva diretamente do pressuposto de que a sociedade tem autoridade total e indiscutível sobre seus membros, e conforme será discutido à frente, viola totalmente as instituições jurídico-políticas modernas destinadas à proteção da cidadania e da própria esfera privada individual<sup>3</sup>.

A liberdade dos modernos – por corresponder às transformações e à nova estrutura e organização da sociedade – é diferente. Se expressa no direito de se submeter apenas às leis, na garantia de ser protegido contra a arbitrariedade, na capacidade de escolher seu trabalho, de formular a sua própria opinião, ou seja, *na consolidação de uma esfera privada autônoma*. Para os modernos, de acordo com Constant, a independência pessoal é um valor central. Se entre os antigos a esfera pública era dominante, nada mais natural que a liberdade se realizasse neste plano. Mas o longo processo de consolidação da sociedade moderna – i.e., a cristalização de uma sociedade *comercial* – foi lentamente invertendo esta situação, e, portanto, entre os modernos, a esfera

---

(3) Cf. Id, *ibid*, p. 19-20: “O ostracismo de Atenas repousava na hipótese de que a sociedade tem toda a autoridade sobre seus membros. (...) Mas, para nós [os modernos], os indivíduos têm direitos que a sociedade deve respeitar (...). *Ninguém tem o direito de exilar o cidadão se ele não for condenado por um tribunal regular, segundo lei formal que atribui a pena de exílio à ação do qual é culpado.* (...) Todo exílio político é um atentado político. Todo exílio, infligido por uma assembleia com base em pretensos motivos de segurança pública, é um crime dessa assembleia contra a própria segurança pública, *que não existe senão no respeito às leis, na observância das regras e na manutenção das garantias*”.

privada adquiriu uma posição preponderante, e, neste quadro, a liberdade individual privada deve se sobrepor às deliberações e aos deveres públicos.

Estas são, em largos traços, as duas acepções de liberdade que Benjamin utiliza em sua argumentação. Como foi destacado, estas duas formas de liberdade encontram-se diretamente relacionadas às especificidades de suas respectivas épocas. Entre os antigos, devido à pequena extensão de seus Estados e ao conjunto de restrições ao comércio, a guerra era um interesse constante e quase habitual. A ameaça dos Estados vizinhos era incessante. Como resultado deste “espírito belicoso” a escravidão se tornou uma característica marcante na antiguidade. Eram os escravos que realizavam as profissões mecânicas e industriais. Constant recupera estes elementos para poder concluir que *a guerra era a garantia da segurança e da existência dos Estados antigos*<sup>4</sup>, e que, portanto, na prática, a privação absoluta da liberdade dos escravos era o fundamento da plena liberdade (pública) de que gozavam os cidadãos.

Já o mundo moderno possui características muito distintas. Os Estados modernos são muito mais vastos e poderosos e, portanto, não podem ser ameaçados pelos “bárbaros”. Isto mitiga as predisposições ao militarismo tal como elas se manifestavam antigamente, dando aos indivíduos uma sensação maior de segurança<sup>5</sup>. Mas, a despeito da vastidão, a interligação pelo comércio – que, contudo, não é capaz de violar as individualidades – gera uma massa relativamente *homogênea* de homens *esclarecidos*<sup>6</sup>, fatores que, combinados, geram uma tendência à paz:

---

(4) Cf. Id, ibid, p. 12.

(5) Longe de idealizar plenamente a sociedade liberal em vias de constituição, Constant tinha clara ciência de que o militarismo na sociedade moderna europeia *tinha fundamentos distintos do que ocorria na Antiguidade Clássica*: em uma sociedade comercial centrada na busca dos interesses pessoais, a grande ameaça é a manipulação das paixões “populares” – guerras de libertação nacional, o heroísmo falsamente altruísta, luta fundamentada no fraternalismo comunal (“esprit de corps” ; que, em seu entendimento, sufoca a busca pelo auto interesse que fundamenta a sociedade comercial) – por parte de demagogos seguindo interesses particulares disfarçados de questões de princípio. Todos os planos grandiosos não passam, a seu ver, de pretextos para impor a tirania e destruir as liberdades individuais. Cf. Benjamin Constant. *The Spirit of Conquest and Usurpation and their relation to European Civilisation*. In: *Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. Sobre este tema, vale a pena consultar também Nancy L. Rosenblun. *Another Liberalism: romanticism and the reconstruction of liberal thought*. Cambridge: Harvard U. Press, 1987. p. 25-27.

(6) Esse mesmo argumento aparece *ipsis litteris* em “The Spirit of Conquest...” op. cit., p. 52.

(...) A guerra é anterior ao comércio; *pois a guerra e o comércio nada mais são do que dois meios diferentes de se atingir o mesmo fim: o de possuir o que se deseja*. O comércio (...) [é] uma tentativa de obter por acordo aquilo que não se deseja mais conquistar pela violência. (...) *A guerra é o impulso, o comércio é o cálculo. Mas, por isso mesmo, deve haver um momento em que o comércio substitui a guerra. Nós chegamos a este momento* (Id, *ibid*, p. 12-13, grifos meus).

Este tipo de reflexão é uma característica quase universal da tradição liberal.<sup>7</sup> A sociedade moderna, por se fundamentar nas trocas e respeitar a autonomia da esfera privada individual, tende para a paz, isto é, tende a substituir o impulso para a guerra pela predisposição à troca. Logo, na prática, para Constant, talvez a maior característica da sociedade moderna é que o comércio representa a finalidade principal, “a verdadeira vida das nações”. Ele estava ciente de que as sociedades antigas realizavam o comércio com uma intensidade considerável, mas afirma que as transações mercantis entre os antigos eram profundamente impregnadas pelo espírito da época, i. é., o espírito da gu. Exatamente por conta disto o comércio era irregular e não passava de um “acidente feliz”, que se manifestava com mais intensidade nos raros momentos onde a belicosidade não dominava. Constant prossegue argumentando que, nas condições modernas, o comércio, além de promover a integração entre os povos e induzir à paz, é muito mais rentável do que a guerra (logo, esta não é mais “economicamente viável”), e graças à intensificação das transações comerciais e à religião não existem mais escravos no continente europeu<sup>8</sup>.

Após esta apologia do mercado, o autor enumera os resultados necessários que decorrem das *características peculiares das sociedades modernas*: a grande extensão e a complexidade dos países prende os indivíduos

---

(7) Como se sabe, Montesquieu – que exerceu grande influência sobre Constant – é o grande foco irradiador não apenas deste princípio, mas também da própria tradição liberal francesa que ganha corpo no século XIX. Cf. Raf Geenens; Helena Rosenblatt. *French Liberalism: an overlooked tradition?* In: Raf Geenens; Helena Rosenblatt (Org.). *French Liberalism from Montesquieu to Present Day*, p. 1-2; 9-10.

(8) A tendência a deformar a realidade e a história para não comprometer seu campo teórico (e ideológico) é uma das inconsistências mais expressivas de Benjamin Constant. É importante observar que a expansão comercial europeia sempre recorreu à violência militar quando necessária. Existem inúmeros exemplos onde os europeus utilizaram da força bélica para abrir portos e mercados estrangeiros aos seus produtos manufaturados Constant tinha razão quando afirmou que, graças ao comércio, não existiam mais escravos no continente europeu durante o século XVIII: devido ao mercantilismo, desde o século XVI o trabalho escravo passou a ser constantemente realizado nas colônias europeias localizadas na África e no novo mundo, em prol do progresso econômico europeu.

na multidão, logo, eles não conseguem perceber a sua influência – que além de reduzida, é sempre indireta – na condução da política, por isso ficam muito mais apegados à independência individual e aos seus assuntos privados. Os antigos – cuja *vontade* tinha uma influência mais direta e perceptível nos rumos da política – quando sacrificavam a sua independência individual para obterem direitos (e deveres) políticos, *sacrificavam menos para obter mais*. Nós, os modernos, se feita esta escolha, faríamos um mal negócio: sacrificaríamos muito para obter pouco. Além disto, a abolição da escravatura privou os cidadãos modernos do “lazer excessivo” que, na prática, escorava as liberdades dos antigos, gerando a necessidade de os homens garantirem o seu próprio sustento. Por possuírem grandes extensões de terra e escravos, os cidadãos da antiguidade podiam desprezar as atividades necessárias à reprodução da sociedade e, ao mesmo tempo, não viam como um grande problema o fato de as guerras concentrarem a maior parte de sua atenção e energia. Este é um luxo que os modernos não podem dispor: na sociedade moderna, os homens não querem (e não podem) se desviar de seus empreendimentos pessoais, logo, não tem interesse na guerra<sup>9</sup> e querem dedicar o menos possível de seu tempo às discussões na esfera pública. Assim, as condições modernas, e dentre elas o comércio como a mais proeminente, inspira nos homens um forte amor pela independência individual, transformando a consolidação e autonomização da esfera privada em uma necessidade. E, por fim, *o comércio atende às necessidades e os desejos dos homens sem a intervenção direta e invasiva da autoridade política*.

## 1.2 A Revolução Francesa, a Democracia e o governo representativo

Como podemos observar até aqui, Benjamin Constant se opõe aos ideais inspirados na noção de liberdade dos antigos baseando-se na ideia de que esta liberdade é incompatível com a sociedade comercial moderna e, por decorrência, tudo o que deriva desta acepção não pode se sustentar nas novas condições. Segundo este autor, a confusão entre estes dois significados distintos e excludentes de liberdade foi a causa dos excessos cometidos pelos revolucionários durante a Revolução Francesa. Embalados pela nostalgia que o estudo das instituições, da política e da organização social dos antigos proporciona, nostalgia que só tende a aumentar face ao presente vivido pelos

---

(9) Constant utiliza este mesmo argumento para combater a conscrição militar em prol do alistamento voluntário. Cf. “On War” In: *Principles of Politics Applicable to All Governments*. Indianapolis: Liberty Fund, 2003. p. 289-293.

protagonistas da revolução – a arbitrariedade e o despotismo da aristocracia decadente, em conexão com um Estado impotente, porém abusivo e vexatório – os revolucionários não podiam evitar uma inclinação aos ideais de liberdade dos antigos. Mas, segundo Constant, este foi um grave erro: os revoltosos, em nome da liberdade antiga, tenderam a defender a dominação total dos cidadãos em detrimento da soberania da nação, ou seja, em transformar o indivíduo em um escravo para garantir a liberdade do povo.

Não resta dúvida que a inspiração dos revolucionários vinha, principalmente, da obra de J. J. Rousseau. Benjamin Constant afirma que este foi um grande homem e um gênio sublime, mas que, não obstante seu amor e sua dedicação pela causa da liberdade, *acabou por fornecer fortes pretextos para a consolidação de governos tiranos*. Mas, ainda segundo Constant, o principal equívoco da corrente revolucionária se origina muito mais de um de seus sucessores: o abade de Mably. Inspirados nestes dois filósofos que ainda não haviam percebido as transformações sofridas pelo gênero humano pelos dois mil anos que separavam os antigos dos modernos, os revolucionários, ao tentarem exercer a força pública com base na crença de que tudo deve ceder à vontade coletiva acabaram por espalhar o ódio à liberdade individual. A tentativa de instaurar instituições e concretizar uma forma de liberdade que já não era mais compatível com o presente foi a causa do caráter excessivamente violento da Revolução Francesa. Assim, após o fracasso inevitável da tentativa de implantar este anacronismo, rendida à realidade do presente, a revolução tendeu a tomar o único caminho possível: a consolidação do governo representativo.

Conforme discutimos na seção anterior, devido à generalização do comércio na sociedade moderna, a garantia da autonomia da esfera privada se converteu em uma necessidade premente. Para que a independência individual possa ser garantida é necessário que a autoridade seja extremamente limitada: o governo deve constituir uma “mão prudente e leve”, que respeite os hábitos, os afetos e a independência dos indivíduos (i.e., que não interfira na esfera privada). O autor sintetiza suas ideias sobre a necessidade de limitar a intervenção da autoridade com uma frase de efeito que ganhou fama: “*A autoridade deve ser justa. Os homens se encarregam de serem felizes.*” A justificação do governo representativo possui como principal critério a *eficiência*. Para não se desviarem de seus interesses privados, os indivíduos modernos devem eleger representantes que tenham como função específica lutar pelos interesses de seus representados na esfera pública. Ou seja, a

democracia representativa é a forma mais eficaz porque rouba menos tempo da esfera privada dos cidadãos que, desse modo, podem cuidar dos seus empreendimentos e se dedicar ao lazer. Portanto, após caracterizar estas duas formas antitéticas de liberdade, Constant reflete sobre os “perigos específicos” que cada uma apresenta: o perigo da antiga consistia no fato de que a excessiva participação no poder social levaria os homens a negligenciar seus direitos e suas garantias individuais. O perigo da liberdade moderna é inverso: os indivíduos, plenamente absorvidos pelo gozo dos prazeres privados (*jouissances privées*), podem renunciar à participação no poder político, afrouxando a vigilância sobre seus representantes eleitos, o que pode resultar na emergência de governos tiranos. Para evitar esta possível ameaça, os homens, *sem se desligarem de seus empreendimentos pessoais*, devem observar constantemente os rumos que tomam os conflitos na arena política, i. é., não podem se afastar totalmente das discussões políticas, embora devam sempre privilegiar a sua independência privada.

## 2 Alexis de Tocqueville

Poucos defenderam a liberdade com mais ardor e elegância do que Alexis de Tocqueville, que propunha apaixonadamente um tipo de liberdade pensada muito além da mera liberdade de mercado, para a qual tendeu o *laissez faire*. Para este curioso aristocrata, a liberdade moral e religiosa é muito mais importante do que a mera liberdade econômica, isto é, a simples liberdade de mercado, i.e.; a liberdade para se trocar mercadorias, que pode coexistir – e geralmente o faz – com a total falta de liberdade política. Para Tocqueville, em uma não muito discreta dissonância com Benjamin Constant<sup>10</sup>, o homem só pode ser realmente livre se puder optar por *modos distintos de sobrevivência*: ele não deve obrigatoriamente se ocupar do dinheiro ou das relações de mercado para poder sobreviver. Isto porque, para ele, a liberdade é um valor em si mesmo, dotado de encanto próprio e capaz de suplantar todos os demais valores, inclusive os benefícios materiais e as possibilidades que dele podem derivar. É isto que o leva a defender uma concepção de autonomia do indivíduo

---

(10) As interpretações destes dois grandes espíritos são diferentes em alguns pontos, como veremos. Mas Tocqueville parece não ter dado muita importância ao pensamento de Constant, pois só citou uma vez, cf. M .R. R. Ossewaarde. *Tocqueville's Moral and Political Thought: new liberalism*. London: Routledge, 2004. p. 15.



*sui generis*<sup>11</sup>, pois está radicada na possibilidade de garantir seu próprio sustento à margem da economia de mercado, atributo que consiste em uma das garantias fundamentais da *verdadeira liberdade*, que está muito além do mero deleite dos prazeres privados. Mas, para deixar este traço evidente, precisamos reconstituir alguns elementos da sua visão sobre a natureza e os efeitos da Revolução Francesa.

## 2.1 A Revolução Desnecessária

Para ele, a Revolução Francesa foi uma revolução social e política que aumentou o poder e os direitos da autoridade pública, tendo como resultado a abolição das instituições políticas feudais, que foram substituídas por uma nova ordem sócio-política, mais uniforme e mais simples. Este não podia deixar de ser um movimento convulsivo, pois tais instituições estamentais se encontravam profundamente enraizadas na sociedade, e este enraizamento profundo criou a impressão de que tudo seria destruído. Assim, de acordo com Tocqueville, dado o entrelaçamento de uma sociedade centrada em fortes tradições, a Revolução, ao abalar toda a estrutura social francesa, fez com que parecesse aos olhos de seus contemporâneos um evento muito maior do que realmente fora. A Revolução, na opinião deste autor, embora não tenha produzido tantas inovações como usualmente se pensava, não foi algo fortuito, mas o complemento brusco de um longo processo:

(...) [A Revolução] surpreendeu o mundo, mas na realidade não foi senão o complemento de um longo trabalho, a coroação repentina e violenta de uma tarefa em que trabalharam dez gerações de homens. *Se não se tivesse produzido, o velho edifício teria caído assim mesmo, mais cedo ou mais tarde; a única diferença é que teria se desmoronado pouco a pouco, ao invés de ruir de um só golpe.* A Revolução levou a cabo imediatamente, com um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem cuidado, *o que teria ocorrido por si mesmo a longo prazo.* Tal foi sua obra<sup>12</sup>.

Esta proposição revela uma das principais peculiaridades do conservadorismo *moderno*. A mudança é, de certo modo, inevitável. O máximo

---

(11) Autonomia – isto é, capacidade de autocontrole e a habilidade de sublimar os desejos (o que parece aproximá-lo muito das ideias da república romana)– mas não *independência*, pois a liberdade pressupõe a vida ativa na sociedade.

(12) Alexis de Tocqueville – O Antigo Regime e a Revolução. In: *Liberdade Social e Igualdade Política*, Nerman ed. São Paulo, 1988, Grifos meus.

que se pode fazer é controlar o seu ritmo. Mudanças muito rápidas são desaconselháveis. Logo, a Revolução não passou então de uma espécie de *catalisador*: simplesmente acelerou um processo que já caminhava por si só. Se os homens não tivessem sucumbido às paixões, o mesmo resultado seria obtido, em um prazo maior, mas com muito menos derramamento de sangue. A sociedade criaria meios para assimilar as transformações, por sedimentação nas práticas do cotidiano, e não de forma traumática como ocorrera. Em suma: a revolução não passou de uma *violência desnecessária* que, no final das contas, mudou apenas o que poderia ter sido transformado de forma menos atabalhoada.

Nas reflexões sobre o presente que vivia e sobre as perspectivas para o futuro, Tocqueville vislumbra “três verdades muito claras”. A primeira delas, que se revelou na Revolução e que ainda atuava, consistia em uma “força desconhecida” que conduzia à destruição da aristocracia. A segunda verdade se baseia na ideia, aparentemente paradoxal, de que as sociedades onde a aristocracia já foi destruída ou que se encontra na iminência de desaparecer encontrarão maiores dificuldades para evitar a consolidação de um governo absoluto. A terceira e última, que na realidade é uma consequência das duas anteriores, é a noção de que a sociedade igualitária que paulatinamente emerge das transformações operadas pela Revolução Francesa e pela destruição da aristocracia, caminha a passos largos no desenvolvimento de uma série de vícios<sup>13</sup>. Destes vícios, o que mais se destaca é o *individualismo*: os homens, cada vez mais preocupados em defender apenas os seus interesses particulares, se isolam progressivamente da vida política, “Amuralham-se, por assim dizer, em sua vida privada”. Destas três tendências, a última traz consigo outra consequência: a homogeneização da sociedade. De acordo com este autor, as diferenças entre o espírito e as maneiras da nobreza e da burguesia, no final do século XVIII ainda podiam ser percebidas. Mas, pouco tempo depois, segundo Tocqueville, todos os homens que se destacavam da massa do povo, i. é., nobres ou burgueses, passaram a apresentar os mesmos costumes, os mesmos gostos e *passaram a utilizar a mesma linguagem*. Para romper esta homogeneidade, que ao mesmo tempo é fruto e condição de governos despóticos, Tocqueville aponta para o que acredita ser a única solução; a liberdade política:

(...) Pois, ainda que a liberdade política possua a admirável capacidade de criar relações necessárias e laços mútuos de dependência entre os cidadãos, não as faz por isso sempre semelhantes; *é o governo de um só*

---

(13) Cf. Id, *ibid*, p. 179.

*homem o que, a longo prazo, produz sempre o inevitável efeito de fazer os homens semelhantes e mutuamente indiferentes a seu destino* (Id, ibid, p. 186, grifos meus).

Em sua análise da Revolução Francesa Tocqueville pretende demonstrar que, no fundo, após o fervor revolucionário, a mesma situação que o precedeu, embora sob um novo invólucro, emerge novamente. Para o autor, durante o século XVIII na França surgem e se desenvolvem duas paixões que, embora não tivessem nascido exatamente ao mesmo tempo, sempre tenderam para o mesmo fim. A primeira, em resposta à profunda desigualdade, foi a busca pela igualdade: impulsionou os franceses a destruírem a sociedade feudal e a reerguerem uma nova, que garantisse condições iguais aos homens. A segunda, *mais recente e menos profunda*, levava os homens a almejar não só a igualdade, mas sobretudo a liberdade. Durante a Revolução, estas duas paixões se mesclaram, incendiando todo o território francês. Neste período, embora a “legislação caduca” tenha sido abolida e os privilégios feudais destruídos, o próprio processo revolucionário acabou por destruir as garantias de liberdade, colocando sobre o povo francês *o peso do governo, que se converteu em seu tutor, e que, com frequência, de tutor se convertia em opressor*<sup>14</sup>. Assim, Tocqueville conclui que da derrubada da realeza emergiu um poder ainda mais absoluto e mais amplo do que o exercido pelos antigos Reis.

O dominador caiu, mas o que sua obra tinha de mais substancial permaneceu em pé; extinto seu governo, sua administração continuou existindo e nas tantas vezes que, mais tarde, quis-se abater um poder absoluto, não se fez outra coisa que colocar a cabeça da liberdade sobre um corpo servil (Id, ibid, p. 194).

Tocqueville conclui que, da confluência entre as duas paixões, a paixão pela igualdade prepondera. Em seu nome tudo pôde ser sacrificado e, neste processo, a questão da liberdade, *que não era o principal objetivo*, vai tomando forma de acordo com o desenrolar da luta contra a desigualdade. Por fim, depois de todo este itinerário, Tocqueville constrói um modelo do povo francês: um povo que se deixa levar mais por sensações do que por princípios, e, embora possua alguns *instintos* inalteráveis – “ainda se reconhece nos retratos que dele se fizeram há dois ou três mil anos” –, é extremamente volúvel em suas atitudes diárias e em seus gostos. Um povo que é indócil quando sente seus costumes ameaçados, mas é capaz de se resignar frente a um império arbitrário. Um povo

---

(14) Cf. Id, ibid, p. 193.

mais voltado à elaboração de “planos grandiosos” do que em garantir a sua concretização. Depois desta caracterização, conclui:

Só uma nação assim poderia dar à luz uma Revolução tão súbita, tão radical, tão impetuosa em seu curso, e, contudo, tão cheia de idas e vindas, de fatos contraditórios e de exemplos opostos. Sem as razões que expus, os franceses jamais a teriam feito, mesmo que se reconheça que todas essas razões juntas não bastariam para explicar uma revolução senão na França (Id, *ibid*, p. 195).

Em suma, o que Tocqueville realmente pretende demonstrar é que a medida em que o “terceiro estado”<sup>15</sup> se consolidava, o poder da aristocracia declinava. A aristocracia *representava* a desigualdade social e, como a nova força emergente aspirava à igualdade, o conflito era inevitável. Assim, para Tocqueville, a ascensão da “burguesia” representou a luta pela igualdade e, em essência, o caráter sanguinário da revolução foi um reflexo do ódio profundo pela desigualdade. Logo, a vitória da igualdade teve como consequência a supressão da liberdade. Veremos na próxima seção como, para ele, a democracia, *uma tendência inexorável*, leva os povos modernos a se curvarem frente aos governos tirânicos.

## 2.2 Democracia e tirania

A posição de Tocqueville referente à democracia é ambígua. Reconhece que é uma tendência forte e que não pode ser detida. Não propõe de forma alguma um retorno ao Antigo Regime e não apoia a contra-revolução, como é claramente o caso de Burke, por exemplo, outro genial representante da ala liberal-conservadora. Mas ao mesmo tempo condena a tendência niveladora desta forma de governo. Conforme já foi adiantado, na opinião deste autor, são as sociedades democráticas que estão às voltas com o despotismo mais

---

(15) “O terceiro estado incluía, sim, as classes médias, mas também outras que, por lei natural, lhes eram alheias. Os mais ricos comerciantes, os banqueiros mais opulentos, os industriais mais hábeis, os homens de letras, os sábios, podiam fazer parte do terceiro estado, assim como os pequenos granjeiros, o administrador de províncias ou o camponês que cultivava a terra. *De fato, todo aquele que não era clérigo nem nobre fazia parte do mesmo; havia nele ricos e pobres, ignorantes e letrados.*” (Alexis de Tocqueville. Estado Social e Político da França antes e depois de 1789. In: *Igualdade social...* op. cit. p. 76). Esta citação é clara: Tocqueville tende a definir “terceiro estado” por exclusão: faz parte do terceiro estado quem não é nobre. O terceiro estado então pode ser identificado como a esfera da cidadania burguesa (ainda em consolidação): “Assim, o terceiro estado e a nobreza se achavam entremesclados no mesmo território, mas formavam como que duas nações diferentes que, mesmo vivendo sob as mesmas leis, eram mutuamente estranhas. Desses povos, um renovava sem cessar suas forças e as aumentava, enquanto o outro as perdia sem ganhar nada.” (Id, *ibid*).

impiedoso: o despotismo democrático. Veremos como as críticas deste autor ao *laissez faire* e ao socialismo se sustentam nesta proposição.

Dentro do vasto espectro que compõe o liberalismo radical, Tocqueville elege como opositores diretos os fisiocratas. Esta escolha é a mais evidente, pois a fisiocracia é uma vertente eminentemente francesa, que consiste basicamente em uma adaptação das ideias provenientes da economia clássica inglesa (sobretudo Adam Smith e Ricardo) à realidade do capitalismo francês emergente. Ao se contrapor às ideias dos fisiocratas, critica o *laissez-faire*: seus adeptos, embora plenamente favoráveis ao livre comércio de mercadorias, rechaçam as discussões em torno da liberdade política<sup>16</sup>. Neste ponto, Tocqueville introduz uma das questões centrais que norteiam toda a sua obra: *como e até que ponto a liberdade pode sobreviver em uma sociedade democrática?* Nas críticas aos fisiocratas sua concepção sobre a natureza do despotismo democrático vai tomando forma:

Nada de hierarquia na sociedade, nada de classes determinadas, nenhuma graduação preestabelecida; *um povo composto de indivíduos completamente iguais, uma massa confusa reconhecida pelo único soberano legítimo e cuidadosamente privada de todas as faculdades que poderiam permitir-lhe dirigir e até vigiar por si mesma seu governo.* Acima dela, só um mandarim encarregado de tudo em nome do povo, mas sem consultá-lo. Para controlá-lo, uma razão pública sem órgãos; para freá-lo, revoluções ao invés de leis; *em teoria, um agente subordinado; de fato, um amo absoluto* (Id, *ibid*, p. 188, grifos meus).

Para Tocqueville, portanto, como já mencionamos, embora a democracia fosse uma tendência forte e inexorável e a sociedade já tivesse definitivamente perdido sua natureza estamental, esta mesma democracia, entendida como a busca da igualdade teria como resultado final e igualmente inexorável o despotismo. O despotismo democrático é diverso do despotismo absoluto medieval, *mas ambos consistem na negação da liberdade.* Em sua crítica do despotismo democrático, Tocqueville inclui “as teorias destruidoras” que recebem o nome de socialismo. Este seria um exemplo extremo de tirania democrática, pois toda a personalidade individual seria absorvida pelo corpo social, que teria o domínio total sobre os cidadãos, cerceando totalmente sua individualidade. Para este autor é no socialismo que o processo de

---

(16) Cf. Id, O Antigo Regime..., op. cit., p. 187-188).

homogeneização atinge o seu grau máximo: produz “indivíduos” totalmente iguais, em todos os planos.

Neste ponto, após estas considerações, é necessário então lembrarmos que para Tocqueville a liberdade é um valor em si mesmo e que ultrapassa muito o estreito limite da liberdade econômica ou da igualdade total, onde o indivíduo perde todas as suas características peculiares e se submete ao corpo social:

O que, em todo tempo, uniu certos homens à liberdade, foi seu atrativo, *seu encanto próprio*, independentemente de seus benefícios materiais; *é o prazer de poder falar, atuar, respirar sem limitações, sob o único governo de Deus e das leis*. O que busca na liberdade algo distinto dela mesma, é feito para servir(...). Certos povos a perseguem [a liberdade] obstinadamente através de toda sorte de perigos e misérias. Não são os bens materiais que lhes proporcionam o que amam nela; *consideram-na em si mesma como um bem tão precioso e tão necessário que nenhum outro poderia os consolar de sua perda*. Outros, pelo contrário, cansam-se dela em meio à sua prosperidade; deixam que se a arranquem de suas mãos sem resistências (...). O que lhes falta para permanecerem livres? *O gosto, o próprio desejo de sê-lo*. Que não me peça para analisar esse gosto sublime, porque há que o experimentar. Penetra por si mesmo nos corações grandes que Deus preparou para recebê-los; os enche e os inflama. *Há que renunciar a compreendê-lo as almas medíocres que jamais o sentiram* (Id, *ibid*, p. 192 e segs., grifos meus).

Não poderíamos concluir esta seção sem analisarmos as reflexões presentes em *A Democracia na América*<sup>17</sup>. Como Tocqueville afirma, sua viagem aos Estados Unidos teve como principal objetivo compreender a democracia em uma sociedade distinta da Europeia e, segundo ele, “projetada para o futuro”. Sua preocupação básica foi determinar até que ponto a liberdade poderia sobreviver nesta sociedade (e no restante das sociedades democráticas) e, principalmente, buscar uma forma de conter a “tirania da maioria”. É nesta obra que suas reflexões referentes à natureza da democracia e sua tendência ao despotismo estão desenvolvidas com mais clareza. Tocqueville, como já foi exposto, afirma que o despotismo democrático é uma forma *específica* de tirania. Sua especificidade é oriunda da igualdade de condições que lhe é inerente:

---

(17) Alexis de Tocqueville. *A Democracia na América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

A liberdade apareceu no mundo em épocas diferentes e sob várias formas; nunca esteve ligada exclusivamente a qualquer condição social, e não está limitada às democracias. *A liberdade não pode, portanto, formar a característica distinta das épocas democráticas.* O fato peculiar e preponderante que caracteriza essas épocas é a igualdade de condição; a paixão dominante do homem nestes períodos é o amor dessa igualdade (Id, *ibid*, p. 220, grifos meus).

Partindo de um regime marcado pela igualdade de condições e pela paixão em mantê-la e aumentá-la a qualquer custo, a questão da liberdade é posta em segundo plano. Sob estas condições a força do número passa a prevalecer sobre a individualidade singular, e a vontade do homem, embora não seja despedaçada, pode ser dobrada e guiada por um governo que, embora eleito pelo povo, é todo poderoso. O amaciamento da vontade dos homens, processo ligado diretamente ao nivelamento social reduz a nação à um simples rebanho de *animais* industriais e estupidificados, que encontra no governo o seu pastor, seu amo absoluto. A homogeneidade social facilita a concentração do poder político em poucas mãos já que os interesses, os costumes e os objetivos encontram-se mais simplificados. Tocqueville não deixa de notar um sentimento ambíguo no homem contemporâneo: o desejo de ser conduzido e ao mesmo tempo ser livre; mas o resultado desta ambiguidade é a supressão da liberdade:

Nossos contemporâneos estão constantemente sob a excitação de suas paixões conflitantes: querem ser conduzidos e desejam permanecer livres; como não podem destruir nem uma nem outra dessas propensões colidentes, esforçam-se por satisfazer ambas ao mesmo tempo (...). Combinam o princípio da centralização e o da soberania popular; isso lhes dá um alívio; *consolam-se por estarem em tutela com pensamento de terem escolhido seus próprios guardiães.* (...) Por esse sistema, o povo liberta-se de seu estado de dependência pelo tempo suficiente para escolher seu senhor, voltando depois ao seu jugo (Id, *ibid*, p. 350).

Sob tais condições o autor delinea, em sua opinião, a tendência dominante da sociedade democrática: a queda gradual do indivíduo singular, que perde progressivamente sua capacidade de pensar, sentir e de agir por si mesmo, *descendo abaixo do nível da humanidade*<sup>18</sup>. Este é o destino sombrio que Tocqueville vislumbra como a concretização futura da sociedade

---

(18) Cf. *Ibid*, p. 351.

democrática inspirada nos ideais igualitários. Para finalizar, temos que esboçar uma questão embaraçosa. Como um autor que identifica uma tendência tão nefasta no regime democrático, e mesmo assim, não é simpático à Restauração e à contra-revolução? São possíveis duas linhas de resposta que se complementam. A primeira é que, como observamos, Tocqueville estava convicto de que uma volta ao passado é impossível, pois a sociedade já havia se transformado demais, a ponto de tornar praticamente impraticável qualquer tentativa de paralisar ou de girar a roda da história para trás. A segunda se baseia nas consequências de uma *confusão* entre dois sentidos diferentes de democracia: a democracia como um esforço abrangente de promover a realização da igualdade em todos os planos e a democracia apenas como uma forma de seleção dos dirigentes políticos, isto é, por eleições gerais. É este tipo de confusão que promove a tirania de maioria e destrói a liberdade pela igualdade: o seu fundamento é a confusão da origem ou a forma da seleção dos governantes (eleições gerais) com o campo “legítimo” do uso e da finalidade última do poder, isto é, *o povo*. A liberdade *do povo* é a destruição da liberdade individual. Tanto as forças políticas associadas à restauração quanto as ligadas à contra-revolução *não estavam centradas na preservação da liberdade e autonomia individual frente à opressão das maiorias e dos grupos de interesse mais poderosos*. Em última instância, portanto, Tocqueville estava muito mais próximo da tradição britânica – que emanava de Smith, Hume, Ferguson e, de forma contemporânea a ele, Burke e Josiah Tucker – do que a de seus compatriotas.<sup>19</sup>

### 3 Tocqueville e Constant: divergências e convergências

Não há dúvida que, se confrontados com a polarização entre liberdade e igualdade, ambos escolheriam a primeira sem pestanejar. Porém, a despeito de alguns traços comuns, em termos valorativos, o desacordo logo aparece. No entanto, a diferença fica mais clara se utilizarmos duas grandes referências. A primeira é o modo distinto como eles concebem o individualismo e as possibilidades de sua autonomia na sociedade moderna. O segundo diz respeito à reflexão sobre as consequências que o governo representativo e a democracia podem trazer para o futuro.

Benjamin Constant se encontra muito próximo da concepção de liberdade oriunda do *laissez-faire* que, na realidade, celebrava as vantagens da

---

(19) A esse respeito, ver a brilhante análise de Friedrich Von Hayek em *The Constitution of Liberty* Chicago: The University of Chicago Press, 2011. p. 105-111.



instauração de uma *sociedade comercial*, amparada em um governo representativo e limitado, onde o comércio opera como um dos principais reguladores da ordem social, ao promover de forma espontânea a convergência de vontades diferentes sem recorrer a violência. Se o mercado passa a conduzir a sociedade e a articular todos os empreendimentos individuais, não é mais necessária a intervenção direta ou regulatória do Estado: este deve se converter na mão prudente e leve, apta a proteger e a respeitar o cidadão. Não deve interferir e sim garantir a esfera individual privada. Portanto, não é difícil notar que a liberdade de Constant – uma liberdade negativa – tem como núcleo e se restringe prioritariamente à esta esfera. Já nos escritos de Tocqueville a liberdade tende a assumir um sentido pleno: a verdadeira liberdade não se circunscreve apenas no estreito horizonte das relações de troca, mas, conforme já foi mencionado, deve, como condição necessária, englobar também a esfera moral e religiosa. A liberdade plena só pode então existir se o homem for realmente independente, isto é, somente se puder optar por modos distintos de sobrevivência, *se não for obrigado a se integrar aos mecanismos de uma sociedade comercial em franca expansão*. Tocqueville se contrapõe veementemente ao *Homo Economicus* apregoadado pela Economia Política. Seu desprezo pelo *laissez-faire* se expressa nos adjetivos que emprega para qualificar o resultado social da absolutização das relações mercantis: a estupidificação do povo, a transformação da nação em um rebanho de *animais industriais e estúpidos*<sup>20</sup>. Deste modo, no que diz respeito ao caráter valorativo da liberdade e da autonomia individual, podemos afirmar que existe um grande hiato separando Tocqueville de Constant.

Não obstante este ponto de partida distinto, Tocqueville e Constant vislumbram as mesmas tendências inerentes à democracia representativa. Reconhecem que existe um forte movimento de padronização social e que, em conjunto, o individualismo crescente leva os homens a renunciarem aos seus direitos políticos (diretos). Tocqueville enfatiza ainda mais os limites do governo representativo: a paixão excessiva e exclusiva pelo dinheiro e o egoísmo dela subjacente criam uma forte propensão ao despotismo. Repete inúmeras vezes que a sociedade de massas, inspirada nos ideais igualitários, ao destruir a autonomia e a singularidade dos indivíduos, cria as bases para a instituição da tirania. Conclui que se a democracia é inexorável – e a volta ao passado também é impossível – a tirania da maioria, sua forma específica de tirania, também o é. Benjamin Constant, por sua vez, mais otimista, reconhece

---

(20) Cf. supracitado, p. 6-7.

que o indivíduo moderno não é soberano na esfera pública, mas em compensação é dotado de plena liberdade na esfera privada. Concorda que este tipo de liberdade induz os homens a, paulatinamente, renunciarem a seus direitos políticos, absorvidos no gozo de seus privilégios e assuntos privados. Mas conclui que esta tendência pode ser contrabalanceada com a elaboração de uma constituição eficiente, amparada por instituições que protejam os cidadãos dos abusos do poder e da arbitrariedade e que, regularmente, convoquem os indivíduos para participar, mediante o voto, do processo político.